



## CONSUMO DE CARNE SUÍNA NO BRASIL: INDICADORES, EVOLUÇÃO E DIFERENÇAS REGIONAIS

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise das estatísticas e estimativas disponíveis, bem como apontar uma agenda para dimensionar e acompanhar a evolução do mercado consumidor de carne suína. Esta iniciativa se insere na proposta da criação de uma central de informações para a suinocultura.

Por Marcelo Miele<sup>1</sup>

Há um conjunto de variáveis que são essenciais para acompanhar o desempenho de uma cadeia produtiva, sendo as principais: consumo, produção, participação no comércio internacional, preços e custos. Dentre estas, acredita-se que o consumo seja aquela com a maior carência de estatísticas no Brasil.

Recentemente, vários atores da cadeia produtiva têm expressado a necessidade de medir o consumo de carne suína e de produtos processados no Brasil. Destaque para a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e as associações estaduais de suinocultores que estão envolvidos em uma política de marketing denominada "Um novo olhar sobre a carne suína".

É natural que produtores, empresas, instituições e governos que investem na promoção de um dado produto desejem caracterizar o seu consumo, bem como monitorar a sua evolução ao longo do tempo, permitindo assim avaliar a eficácia da ação de marketing. O objetivo deste texto é apresentar uma análise das estatísticas e estimativas disponíveis, bem como apontar uma agenda para dimensionar e acompanhar a evolução do mercado consumidor. Esta iniciativa se insere na proposta da criação de uma central de informações para a suinocultura.

### A DISPONIBILIDADE INTERNA (DI)

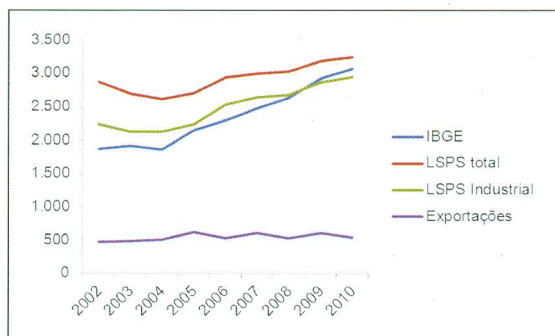
A informação mais difundida da disponibilidade interna (DI) é a diferença entre a produção e o saldo do comércio exterior (exportações/importações, que no caso da carne suína são pouco expressivas). A DI não representa o consumo de carne suína e de produtos processados, mas o volume produzido de carne suína em equivalente carcaça que não foi absorvido pelo mercado externo. É uma medida de fácil acompanhamento, até mesmo em análises conjunturais (mensais ou trimestrais). Como pontos negativos, ressalta-se que é uma conta de chegada; que geralmente não considera a variação nos estoques (esta informação é restrita às empresas); e que dificilmente pode ser estimada para o nível estadual pela falta de dados sobre o trânsito interestadual de animais, exportações e produtos acabados. Por fim, deve-se ressaltar que há divergências entre as estatísticas oficiais e as estimativas setoriais. A Figura 1 apresenta a evolução da produção e das exportações no Brasil a partir de duas fontes disponíveis. A Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mede os abates sob inspeção federal, estadual e municipal a partir de questionários junto a uma amostra representativa de estabelecimentos, com dados desagregados para o nível da unidade da federação. O Levantamento Sistemático da Produção de Suínos (LSPS) estima a oferta de animais para abate a partir do alojamento de matrizes, da sua produtividade e do peso médio de abate. A oferta de animais do rebanho industrial baseia-se em informações das agroindústrias integradoras e das associações estaduais de

suinocultores. A oferta de animais para subsistência e autoconsumo baseia-se em avaliações qualitativas. O LSPS utiliza a técnica de painel nos oito principais Estados produtores. Os dados de exportações utilizados são aqueles disponibilizados pela Abipecs<sup>2</sup>.



A INFORMAÇÃO MAIS DIFUNDIR É A DA DISPONIBILIDADE INTERNA (DI) QUE É A DIFERENÇA ENTRE A PRODUÇÃO E O SALDO DO COMÉRCIO EXTERIOR

FIG. 1 | PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA NO BRASIL (MIL T)



Fonte: PTAA/IBGE; LSPS; ABIPECs

A partir das fontes consultadas, conclui-se que a oferta brasileira cresceu a partir dos abates inspecionados e do alojamento de matrizes do rebanho industrial em detrimento da produção de subsistência para consumo próprio; e que as exportações mantiveram-se no mesmo patamar no período, perdendo importância em relação ao mercado interno na absorção da produção.

Na Figura 2 apresenta-se a *DI per capita* calculada a partir das duas fontes utilizadas acima e das estimativas populacionais do IBGE. Conclui-se que:

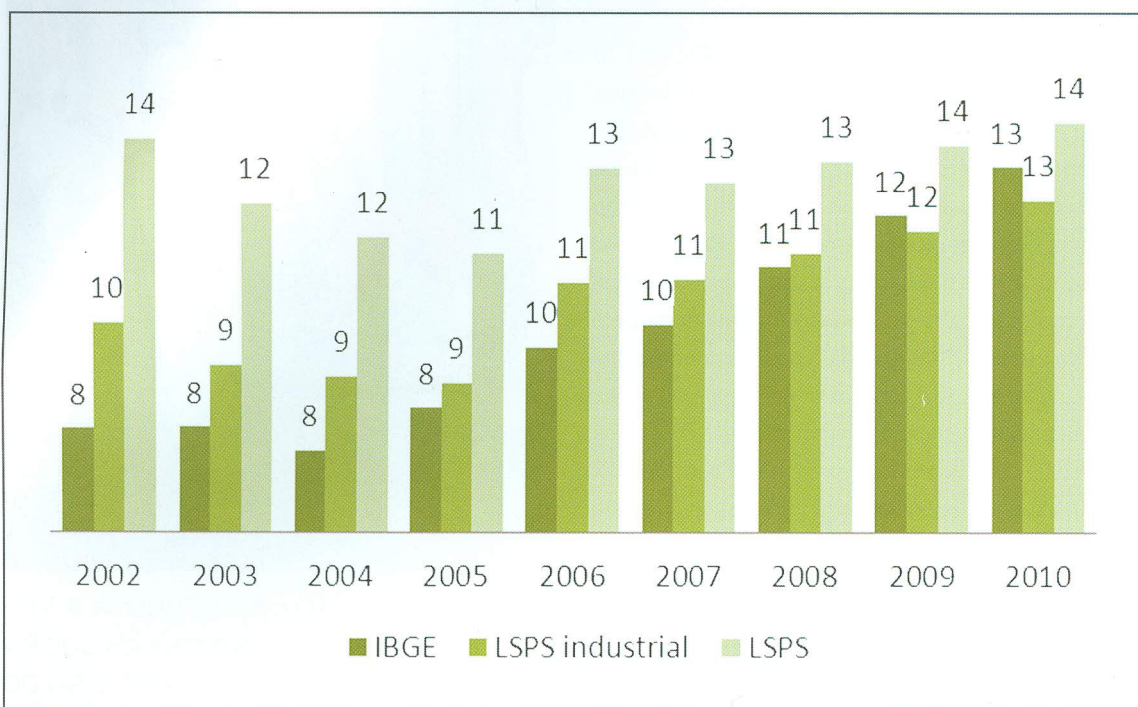
- a escolha da fonte de informação leva a resultados diferentes;

- as estimativas totais do LSPS, que incluem a produção de subsistência, apontam para uma certa estabilidade da *DI per capita*, oscilando entre 11 e 14 kg, sendo que o patamar de 2002 é o mesmo de 2010;

- as estimativas a partir do rebanho industrial do LSPS e das estatísticas oficiais de abate do IBGE apontam para uma tendência de aumento da *DI per capita*, de 8 a 10 kg em 2002 para 13 kg em 2010;

- essas diferenças podem significar uma redução da produção própria para autoconsumo e aumento do consumo da produção sob inspeção.

FIGURA 2. DISPONIBILIDADE INTERNA *PER CAPITA* (KG/HABITANTE/ANO)



Fonte: IBGE/PTAA; LSPS; IBGE/DPE

## PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF)

Segundo o IBGE, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) "visa principalmente mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias". A investigação dos hábitos de consumo alimentar é detalhada para 17 grupos e 50 subgrupos de produtos, nos anos de 1987, 1996, 2002 e 2008. O presente estudo fez uma comparação entre os resultados das duas últimas pesquisas, sendo que a mais recente entrevistou uma amostra de 59.548 domicílios. A variável de aquisição alimentar domiciliar *per capita* (AD), ao contrário da *DI per capita*, não é uma conta de chegada, e baseia-se na declaração dos informantes. Como pontos

negativos, ressalta-se que é uma pesquisa extensa e custosa que não pode ser realizada todos os anos e que não mede o consumo fora do domicílio, apenas o montante das despesas (sem considerar o produto). Ocorreu no período de 2002 a 2008 uma pequena queda na aquisição domiciliar *per capita* das carnes, puxada pela queda nos pescados, na carne suína e de aves. Por outro lado, as carnes bovina e de outros animais cresceram. Mesmo assim, pode-se afirmar que ocorreu uma certa estabilidade entre as diferentes carnes (Tabela 1). Entre as grandes regiões, a carne suína (*in natura* e processados) tem maior participação nas regiões produtoras (Sul, Sudeste e em menor medida no Centro-Oeste). Nas regiões Nordeste e Norte a carne suína tem participação inferior aos pescados.



SEGUNDO A POF, EM TERMOS REGIONAIS, A PARTICIPAÇÃO DA CARNE SUÍNA *IN NATURA* É MAIS EXPRESSIVA NO SUL E CENTRO-OESTE

TABELA 1. AQUISIÇÃO DOMICILIAR *PER CAPITA* DAS CARNES

Tipo de carne	Aquisição domiciliar (kg/hab/ano)		Participação (%)		Variação (%)
	2002	2008	2002	2008	
Bovina	16,9	17,0	39	40	1
Áves	13,9	13,2	32	31	-5
Suína <sup>3</sup>	5,7	5,6	13	13	-3
Pescados	4,6	4,0	11	9	-12
Outros animais	2,7	2,8	6	7	7
Total carnes	43,7	42,7	100	100	-2

**Fonte:** IBGE/POF

Os dados sobre o consumo de carne suína devem ser analisados em mais detalhes para se compreender a tendência verificada (Tabela 2). A queda na aquisição domiciliar *per capita* ocorreu nas carnes *in natura*, na banha e nas vísceras, que perderam participação entre os produtos da suinocultura. O único corte de carne *in natura* cujo consumo aumentou foi o carré. Além disso, chama a atenção a queda no consumo de lombo (o que pode estar associado

a problemas da pesquisa). Com os produtos processados e a linguiça ocorreu o contrário, com um crescimento na aquisição domiciliar *per capita* em quase todos os itens (exceto salame, toucinho fresco e paio). Conclui-se a partir dos dados da POF para o consumo domiciliar, que ocorreu entre 2002 e 2008 uma substituição das carnes *in natura* pelos produtos processados e uma queda acentuada nos produtos de menor valor agregado como banha e vísceras.

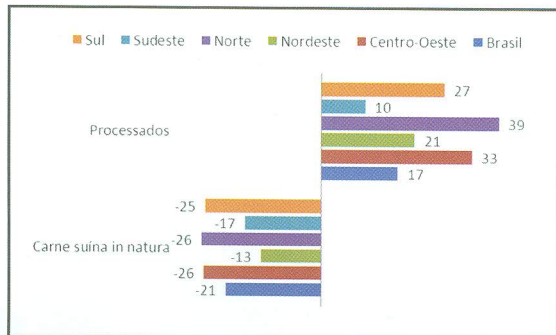
TABELA 2. AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA DA CARNE SUÍNA, POR PRODUTO, BRASIL

Produto	Aquisição domiciliar (kg/hab/ano)		Participação (%)		Variação (%)
	2002	2008	2002	2008	
Carne suína <i>in natura</i>	2,92	2,31	36,1	29,5	-20,9
- Carré	0,27	0,32	3,4	4,0	16,1
- Pernil	0,36	0,30	4,5	3,8	-17,3
- Costela	0,30	0,26	3,7	3,3	-13,0
- Porco eviscerado	0,19	0,22	2,3	2,8	17,3
- Lombo	0,43	0,08	5,3	1,1	-80,8
- Outras	1,37	1,13	16,9	14,4	-17,1
Processados	2,77	3,24	34,2	41,2	16,9
- Salsicha comum	0,94	1,15	11,6	14,7	22,6
- Mortadela	0,66	0,83	8,2	10,5	24,7
- Presunto	0,42	0,48	5,1	6,1	14,4
- Toucinho fresco	0,25	0,19	3,1	2,4	-24,8
- Salame	0,18	0,15	2,2	1,9	-15,1
- Toucinho defumado	0,11	0,11	1,3	1,4	0,0
- Carne salgada não especificada	0,08	0,10	1,0	1,2	14,5
- Costela de porco salgada	0,02	0,04	0,2	0,5	152,9
- Pé de porco salgado	0,01	0,03	0,2	0,4	146,2
- Paio	0,02	0,01	0,2	0,2	-29,4
- Outras	0,08	0,15	1,0	1,9	86,3
Linguiça <sup>4</sup>	1,95	2,09	24,1	26,7	7,3
Banha de porco	0,35	0,14	4,3	1,7	-61,4
Vísceras suínas	0,11	0,07	1,3	0,9	-33,0
Total	8,10	7,85	100,0	100,0	-3,1

Fonte: IBGE/POF

Em termos regionais, a participação da carne suína *in natura* é mais expressiva no Sul e Centro-Oeste. De maneira geral, o crescimento da aquisição domiciliar nas regiões foi bastante semelhante ao padrão nacional, com queda da carne *in natura* e aumento dos processados (Figura 3).

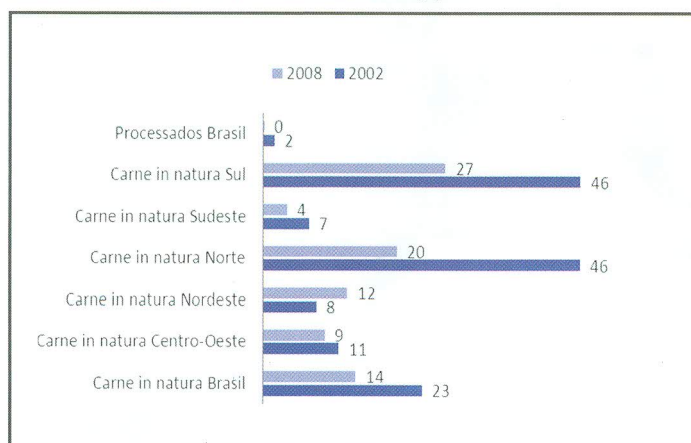
FIGURA 3. VARIAÇÃO DA AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA POR REGIÕES, ENTRE 2002 E 2008 (%)



Fonte: IBGE/POF

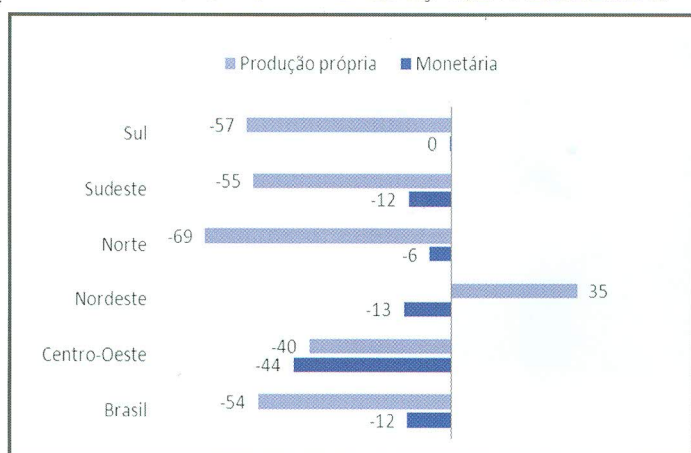
Outra questão que deve ser levada em conta nesta análise é a redução da produção para autoconsumo, que influenciou os resultados acima apresentados. Enquanto que entre os produtos processados a participação da produção própria é quase nula, na carne *in natura* ela é significativa, com destaque para as regiões Sul e Norte (Figura 4). Analisando os dados desagregados pela forma de aquisição (monetária x produção própria), percebe-se que a queda no consumo de carne *in natura* que vai para o mercado (aquisição monetária a vista ou a prazo) foi menor do que apontado na Tabela 2. Em todas as grandes regiões, exceto o Nordeste, ocorreu uma acentuada queda na produção própria de carne *in natura* entre 2002 e 2008, com destaque para a região Sul, que praticamente não diminuiu o consumo de carne *in natura* via aquisições monetárias (Figura 5).

FIGURA 4. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO PRÓPRIA NA AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA POR REGIÕES (%)



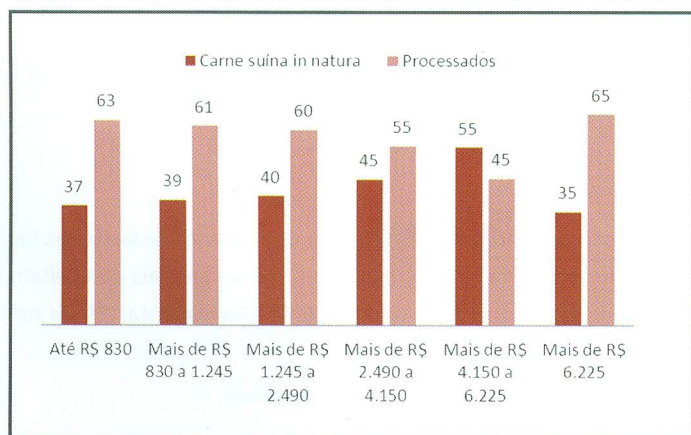
Fonte: IBGE/POF

FIGURA 5. VARIAÇÃO NA AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA DE CARNE SUINA IN NATURA, POR FORMA DE AQUISIÇÃO, ENTRE 2002 E 2008 (%)



Fonte: IBGE/POF

FIGURA 6. PARTICIPAÇÃO DO TIPO DE PRODUTO NA AQUISIÇÃO DOMICILIAR PER CAPITA DE CARNE SUINA, POR FAIXAS DE RENDA, 2008 (%)



Fonte: IBGE/POF

Outra questão a ser considerada é a renda do consumidor. De maneira geral, tanto a carne *in natura* quanto os produtos processados têm sua aquisição domiciliar *per capita* elevada à medida que cresce a renda do consumidor. Mas isso deve ser analisado por produto. Aqueles com maior valor agregado, como o presunto ou os cortes de carne *in natura*, apresentam elevação da aquisição *per capita* à medida que cresce a renda (o mesmo ocorre com a carne bovina de primeira). Por outro lado, entre produtos processados, como linguiça e mortadela, a aquisição *per capita* não sofre tanta influência da renda ou até mesmo se reduz a partir de faixas de renda intermediárias (o mesmo ocorre com a carne bovina de segunda e de aves). Desta forma, à medida que a renda se eleva, ocorre uma substituição dos produtos processados pela carne *in natura* (exceto para a última faixa de renda). Este padrão se verifica em todas as regiões, sendo que no Sudeste ele é menos acentuado (Figura 6).

Por fim, a POF aponta para a tendência de aumento das despesas com alimentação fora do domicílio, que passaram de 24% para 31%, no período de 2002 a 2008 (Tabela 3). É de se esperar que esta tendência tenha tido impacto no consumo de carne suína. Como citado acima, a POF não mede a aquisição *per capita* fora do domicílio, não havendo estatísticas por tipo de produto. Somente a título de exercício, e assumindo a hipótese pouco realista de que o perfil de consumo seja o mesmo dentro e fora do domicílio, estima-se na Tabela 3 a aquisição *per capita* de carne suína fora do domicílio e total.

TABELA 3. ESTIMATIVA DA AQUISIÇÃO DE CARNE SUÍNA *PER CAPITA*, POR LOCAL DE AQUISIÇÃO

Local da aquisição	Fonte	Aquisição (kg/hab/ano)		Variação (%)
		2002	2008	
domiciliar				
No domicílio <sup>5</sup>	IBGE/POF	8,10	7,85	-3,10
Fora do domicílio	Estimado pelo autor	2,56	3,55	38,40
Total	Estimado pelo autor	10,66	11,40	6,88

O segmento de alimentação fora do domicílio cresceu no período e é ainda mais importante entre as faixas de renda mais elevadas. Enquanto que as famílias com até

R\$ 830 de renda realizaram apenas 17% da sua aquisição alimentar fora do domicílio, este percentual foi de 46% entre as famílias com mais de R\$ 6.225 de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS


O presente estudo buscou caracterizar o consumo de carne suína no Brasil a partir das estatísticas oficiais e setoriais disponíveis. Tanto o conceito de disponibilidade interna quanto as pesquisas que estimam a aquisição domiciliar são úteis e apresentam pontos positivos e negativos.

No âmbito da campanha de promoção da carne suína, entende-se que utilizar apenas a DI não seja suficiente porque esta medida não apresenta o detalhamento necessário para focar as ações de marketing e monitorar a sua eficácia.

De toda forma, a meta apresentada de elevar a DI em 2 kg/hab/ano não deve ser descartada porque representa um elemento aglutinador de esforços em torno de um objetivo comum (elevar o consumo de carne suína), uma espécie de bandeira dos produtores.

A partir dos elementos colocados neste artigo, entende-se que dimensionar e acompanhar a evolução do mercado consumidor deva seguir os seguintes pontos:

- utilizar a POF de 2008 como cenário base;
- como a POF é realizada em intervalos de tempo muito espaçados e o tamanho da amostra torna a pesquisa custosa, deve-se consultar o IBGE da possibilidade de realizar uma parceria a fim de definir uma subamostra que permita o acompanhamento anual do consumo de carne suína;
- realizar uma pesquisa junto às associações e instituições representativas de bares, restaurantes e lanchonetes;

- realizar uma pesquisa para caracterizar e acompanhar a aquisição *per capita* de carne suína na chamada cozinha industrial e institucional (creches, escolas, restaurantes universitários e presídios). 

<sup>1</sup> Economista, pesquisador da Embrapa Suínos e Aves.

<sup>2</sup> O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) através do Sistema Alice disponibiliza séries históricas com maior detalhamento (por produto, unidade da federação, porto e destino).

<sup>3</sup> Pela classificação da POF/IBGE, não inclui linguiça, banha de porco e vísceras suínas.

<sup>4</sup> Entende-se por linguiça o produto cárneo industrializado, obtido de carnes de animais de açougue, com ou sem produtos adicionados. A POF classifica este produto como carne de "outros animais". Entretanto, há vários tipos fabricados exclusivamente a partir da carne suína ou com adição de no máximo 20% de outras carnes e carne mecanicamente separada (de Lombo Suíno, de Lombo e Pernil Suíno, de Carne Suína Defumada, Calabresa, Portuguesa e Toscana). Por isso considerou-se este produto no presente estudo.

<sup>5</sup> Inclui linguiça, banha de porco e vísceras suínas.